



# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

LEI Nº 540/2017 DE 03 DE JULHO DE 2017.

ESTABELECE AS DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2018 E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

### CAPITULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Seção Única.

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018, incluindo as despesas de capital, alterações na legislação tributária, equilíbrio entre receitas e despesas, critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 1º - Integram esta Lei:

#### I – Anexos de Metas Físicas Fiscais para 2018.

- a) Quadro 01 – Metas de Receitas, Despesas e Resultado Primário.
- b) Quadro 02 – Projeção de Receitas
- c) Quadro 03 – Meta para as despesas com pessoal
- d) Quadro 04 – Posição do Patrimônio Líquido de Exercícios Anteriores
- e) Quadro 05 – Posição de Restos a Pagar em exercícios anteriores.
- f) Quadro 06 – Fixação despesas de Capital para o exercício de 2018.

#### II – Anexo de Riscos Fiscais

§ 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018, serão especificadas de acordo com o Plano Plurianual 2018/2021, tem o seguinte objetivo.

- I – Desenvolvimento do atendimento a saúde da população com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantar.
- II – Incremento do aumento de vagas no ensino fundamental que procurem atender a todas as crianças em idade escolar.
- III – Aumentar o numero de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil que visem atender todas as crianças de famílias carentes residentes no município.
- IV - Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de.



# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

- a) Renda mínima;
- b) Preservação do meio-ambiente;
- c) Construção e reforma de casas populares;
- d) Preservação do patrimônio histórico cultural e político social;
- e) Saneamento Básico.

### CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES Seção Única

Art. 2º - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000.

### CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO MUNICIPAL Seção I DO Equilíbrio

Art. 3º - Na elaboração da proposta orçamentária do município para o exercício de 2018 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC n.º 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior a das receitas previstas.

### SEÇÃO II Projeto de Lei Orçamentária

Art. 4º - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2018 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar n.º 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição do Estado da Paraíba, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes nas Resoluções do Tribunal de Contas.

§ 1º - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2018, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.

§ 2º - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição § 4º art. 5º da LC N.º 101/2000.

§ 3º - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

Art. 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2018 será composta das seguintes peças.





# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

I – Projeto de Lei Orçamentária anual, constituída de texto e demonstrações;

II – Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) Analítico da receita estimada ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pelo artigo, 212 da Constituição Federal.
- c) Recursos destinados à promoção de ações voltadas à criança e adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelos respectivos conselhos;
- d) Sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) Natureza da despesa, para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- f) Despesa por fontes de recursos para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- g) Receita e despesa por categorias econômicas;
- h) Despesas previstas consolidada, ao nível, de categoria econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;
- i) Programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função e projetos / atividades;
- j) Consolidado por funções, sub-função e programas;
- l) Consolidado, por funções, sub-função e programas, evidenciando os recursos vinculados;
- m) Despesa por órgãos e funções;
- n) Despesa por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) Despesa por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao Orçamento Global;
- p) Recursos destinados ao Fundo à manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB;

III – Mensagem, contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em valores nacionais, segundo os preços vigentes em agosto de 2017.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2018 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente.

Art. 6º - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2018 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Vinte Por Cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra e também autorização para operações de créditos.



# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Art. 7º - O Orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, como também entidades da Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

Art. 8º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.

### Seção III

#### Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 10º - Na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação.

I – CATEGORIA ECONOMICA

II – GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA

III – ELEMENTO DE DESPESA

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentária anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a classificação funcional programática estabelecida no § 2º do art. 8º e na Lei Federal n.º 4.320, de 17.03.64 e Portaria 163 de 04/05/2001, e suas alterações posteriores.

§ 3º - Para atender as disposições contidas no § 1º do Art. 18 da LC n.º 101/2000, deverá ser criado nas unidades específicas, programas denominados “Outros Despesas de Pessoal – Terceirização de Mão de Obra”.

§ 4º - As ajudas e doação a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doação a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Art. 11 – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 12 – A Classificação da receita a ser dotada para o orçamento de 2018 obedecerá às disposições do Anexo I da lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único – A Classificação orçamentária poderá ser alternada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.





# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

### CAPÍTULO IV DAS RECEITAS Seção Único

Art. 13 – A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, arts. 11 a 14 e demais disposições da LC n.º 101/2000, assim como Portaria 326 STN.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018 serão levados em consideração, para o efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:

- I – efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II – variações de índices de preços;
- III – crescimento econômico;
- IV – índice inflacionário.

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da LC N.º 101/00.

Art. 14 – A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC N.º 101/2000.

### CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM PESSOAL SEÇÃO ÚNICA

Art. 15 – Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º demais disposições da LC N.º 101/2000.

Art. 16 – O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entende-se despesa de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência.

§ 2º - As despesas de pessoal para o atendimento das disposições da LC N.º 101/00, serão apuradas somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.



# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Art. 17 – Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal n.º 9.424, de 24.12.96, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, fica também autorizado ao pessoal ligado a Saúde.

Art. 18 – A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC n.º 19/98, para o exercício de 2018, será autorizado por lei específica observada a iniciativa de cada Poder sempre na mesma data e sem estar autorizado, também, autorizado a legislação vigente, reajuste aos Agentes Políticos e Secretários, limitados ao estabelecido para os servidores municipais.

### CAPITULO V DAS TRANSFERENCIAS E SUBVENCÕES

#### Seção I

#### Repasse de Recursos ao Poder Legislativo.

Art. 19 – Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional n.º 25 de 14 de fevereiro de 2000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante no art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.

#### Serão II

#### Repasse a Instituição Públicas e Privadas

Art. 20 – Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2018, bem como em suas alterações, dotações a título de transferência de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculado, ou Município a título de subvenções sócias e suas concessões dependerão respeitadas as disposições LC N.º 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

I – de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – de lei específica, autorizativa da subvenção;

III – da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada pela entidade beneficiária até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19/98 e das disposições da Resolução T.C N.º 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

IV – da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento mediante atestado firmado por autoridade competente;





# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

V – da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2017.

VI – Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo:

Parágrafo único – Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2018; dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

Art. 21 – A inclusão, na lei orçamentária anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 de Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E DA FISCALIZAÇÃO

#### Seção I

#### Da Limitação do Empenho

Art. 22 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar n.º 101/2000, o Poder executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos atividades e operações especiais

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos servidores da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo às busca-se á preservar as despesas abaixo hierarquizadas.

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar n.º 101/2000;

Art. 23 – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

#### Seção II

#### Do Controle Interno

Art. 24 – Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitadas as disposição da legislação em vigor.

### CAPÍTULO VIII DAS VEDAÇÕES Seção Única



# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

### Disposições Gerais

Art. 25 – Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeiro com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

Art. 26 – É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidades a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

### CAPÍTULO IX DAS DÍVIDAS

#### Seção I

#### DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

#### Subseção I

#### Dos Precatórios

Art. 27 – Será consignada, no orçamento para o exercício de 2018, dotação para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2017, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2018 conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura, registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

#### Subseção II

#### Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna.

Art. 28 – O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art. 29 – O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC N.º 101/2000.

### CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS





# ESTADO DA PARAÍBA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

### Seção I Dos Prazos

Art. 30 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018, será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2017 e devolvido para sanção até 20 (vinte) de Dezembro do mesmo ano, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.

Art. 31 – A proposta orçamentária parcial do Poder legislativo, para o exercício de 2018, será entregue ao Poder Executivo até 31 (trinta um) de Agosto de 2017 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integram a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 25/2000, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

### Seção II Alterações na Legislação Tributária

Art. 32 – Os projetos de leis relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2018, deverão ser encaminhado ao Poder Legislativo até novembro de 2017 e **IMPRETERIVELMENTE** ser apreciado pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar, sob pena responder por crime de responsabilidade e improbidade administrativo.

### Seção III Das Disposições Gerais

I- Através de orçamento participativo

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 35 – A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Art. 33 – O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e /ou serviços com finalidades públicas.

Art. 34 – A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões.

II- Ao Poder Executivo, até 31 de Agosto do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças.

III- Ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;



## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Art. 36 – O valor do orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativo ao somatório da receita tributaria e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - Constitui crime de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

I – Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II – Não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou.

III – Enviar-lo a menor em relação a proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerado como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referencia, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.

Art. 37 – O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2018, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 38 – A lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 39 – Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Vista, 03 de Julho de 2017.

  
ANDRÉ LUIS GOMES DE ARAÚJO  
Prefeito Constitucional

VIS LABORIS





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

**ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018.**

**QUADRO N.º 02 – PROJEÇÃO DE RECEITAS**

<b>META N.º 02</b>	2.01 – Elevar em 10% (dez por cento) no exercício de 2018, a arrecadação dos tributos municipais em decorrência da modernização dos serviços de processamento e cobrança de Setor Tributário, aumento na base de contribuição e tendência positiva de crescimento econômico.
<b>ESTIMATIVA</b>	A Projeção da Receita para o exercício de 2018, que constará da proposta orçamentária, será obtida mediante a consolidação dos incrementos de Receitas decorrentes do alcance da meta 02, item 2.01, bem como das informações relativa às previsões de transferências de recursos das esferas Federal e Estadual ao Município por força de disposição constitucional, que serão fornecidas pelo Estado e pela União Federal ao Município até 30 de agosto de 2017.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

**ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018**  
**QUADRO N.º 03 – METAS PARA AS DESPESAS COM PESSOAL**

<b>N.º DE ORDEM</b>	<b>HISTORICO</b>
<b>META N.º 03.01</b>	<b>Manter as despesas com pessoal e encargos do Poder Executivo abaixo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da Receita corrente Liquida do Município.</b>
<b>META N.º 03.02</b>	<b>Conceder aumento ao funcionário público, em obediência às exigências constitucionais.</b>
<b>META N.º 03.03</b>	<b>Criação de novos e/ou reestruturação do Plano de Cargos e salários.</b>





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS PARA 2018**  
( Artigo 4º § 3º da Lei Complementar nº 101/2000)

Riscos:

- Existe uma pequena Dívida com Inss, a qual já fora parcelada e que está em seu término e o município mantém uma administração voltada para economia e para o desenvolvimento nas suas áreas sociais de educação e saúde e que os eventos comprometedores estão distantes de se tornarem realidade e vir a prejudicar o município.

- Há possibilidade, em um futuro próximo, conforme o equilíbrio econômico do município, que se venha a precisar prever riscos para a administração pública, em virtude de queda acentuada da Cota Parte do ICMS Estadual.

Providencias:

- Se por ventura vierem a acontecer fatores que impliquem em se tomar atitudes voltadas para o controle dos riscos, tomar-se-á providencias se adequando ao que preceitua a LRF, no que se referir a demissões e outras atitudes necessárias ao equilíbrio financeiro.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018.

QUADRO Nº. 04 – POSIÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO EM EXERCICIOS ANTERIORES.

HISTORICO	2014	2015	2016
Posições do Ativo Reais Liquido no fechamento do exercício de 2014, 2015 e 2016.	8.842.828,34	9.342.370,07	





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018

QUADRO N.º 05 – POSIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.

HISTORICO	2014	2015	2016
Posição do Restos a pagar no fechamento dos seguintes exercícios. 2014, 2015 e 2016.	913.614,92	435.517,57	



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018

QUADRO N.º 06 – FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

ACÇÃO	VALOR
<b>Programa – Ação Legislativa</b>	
Aquisição de móveis, equipamentos e utensílio.	20.000,00
Reforma e Ampliação de Prédios do Legislativo Municipal	30.000,00
<b>Programa – Administração Geral</b>	
Aquisição de Equipamentos.	50.000,00
<b>Programa – Desenvolvimento do Ensino Fundamental/Infantil</b>	
Ampliar/Reformar Unidades de Ensino Fundamental – MDE – Próprios	150.000,00
Aquisição de Veículos – Federais/Próprios.	150.000,00
Construção de Creche – Federal/Próprios.	250.000,00
<b>Programa – Lazer no município.</b>	
Construção de Área de Lazer os Idosos – Próprios/Federal	100.000,00
Construção de um Campo de Futebol – Federal/Próprios	450.000,00
Construção de Áreas de Lazer nas Escolas Municipais – Próprios	50.000,00
Construção de Centro Comunitários nas Comunidades Rurais do Município.	50.000,00
Construção de Quadras de Areia nas Comunidades Rurais	50.000,00
Construção de Quadras Esportivas nas Escolas Municipais	50.000,00
<b>Programa – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar.</b>	
Construir/Ampliar/Melhorar Unidades de Saúde – Próprios.	350.000,00
Adquirir Veículos e Equipar Unidades de Saúde – Federal /Próprios.	300.000,00
Construção de uma Policlínica e Clínica de Fisioterapia	670.000,00
<b>Programa – Abastecimento d'água</b>	
Recuperação/ampliação e Construção de Pequenas e Médias Barragens – Próprios.	100.000,00
Aquisição e Instalação de Dessalinizadores – Próprios	100.000,00
Perfuração e Instalação de Poços Tubulares – Próprios.	60.000,00
<b>Programa – Vias e Logradouros Urbanos</b>	
Construir/Recuperar Calçamento, meio fio e Urbanizar. – Federal / Próprios	600.000,00
<b>Programa – Morar Melhor</b>	
Construir/Melhorar Unidades Habitacionais Urbanas e Rurais – Federal / Próprios	400.000,00
<b>Programa – Saneamento Básico</b>	
Construir e melhorias Sanitárias Domiciliares – Federal / Próprio	150.000,00
Construir Esgotos e Galerias. – Federal / Próprios	500.000,00
<b>Programa – Estradas Vicinais</b>	
Construir/Recuperar Estradas vicinais, - Próprios	100.000,00
Construir e Recuperar Passagens Molhadas e Mata-Burros – Federal / Próprios	100.000,00
<b>Programa – Iluminação Pública</b>	
Implantação de Rede de Iluminação Pública no Município. – Próprios	60.000,00
Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município - Próprios	100.000,00
<b>Programa – Administração Geral</b>	
Aquisição e Desapropriação de Imóveis - Próprios	150.000,00
<b>Programa – Infra Estrutura</b>	
Ampliação e cobertura do Canal da Barragem – Próprios.	60.000,00
	50.000,00



Construção de Cisternas Comunitárias - Próprios	60.000,00
Const. e Reformas de Praças – Federal/Próprio.	60.000,00
Recuperação de Prédios Próprios do Município – Próprio	30.000,00
Aquisição e Implantação de Abrigo para Passageiros – Próprios	300.000,00
Construção de um Centro Administrativo – Próprios	50.000,00
Pavimentação do Acesso ao Cemitério Público	50.000,00
Ampliação do Cemitério Público.	
<b>Programa – Homem no Campo</b>	
Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas. – Próprios / Federais	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.000.000,00</b>



**ESTADO DA PARAIBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

**ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018**  
**QUADRO 01 – METAS DE RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMARIO.**

RUBRICA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Total (Est. Orçamento Aprovado)	22.190.915,00	24.553.908,00	25.476.263,00	24.157.663,00	26.573.429,30	29.230.772,23	32.153.849,45
Despesa Total (Est. Orçamento Aprovado)	22.190.915,00	24.553.908,00	25.476.263,00	24.157.663,00	26.573.429,30	29.230.772,23	32.153.849,45
Receita Total ( Realizada 2013/2014/2015/ e Estimada 2016/2017/2018 e 2019	18.555.736,76	18.534.409,59	18.871.701,50				
Receita de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Rec.de Privatizações Alienações de Ativos	0,00	0,00	0,00				
<b>RECEITA FISCAL ( A )</b>	18.555.736,76	18.534.409,59	18.871.701,50				
Despesa total ( Realizada 2011/2012/2013 e Estimada 2016/2016/2016 e 2017.	15.856.984,38	16.968.044,27	17.076.521,46				
Juros e Encargos Sociais Amortização da Dívida Concessão de Empréstimos							
<b>DESPESA FISCAL ( B )</b>	15.856.984,38	16.968.044,27	17.076.521,46				
Resultado Primário ( C ) = ( A ) – ( B ).	1.238.514,55	1.566.365,32	1.795.180,04				





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVOS I – METAS ANUAIS									
									REFERENCIA 2017
LRF, art									RS
Especificação	Exercício de 2016			Exercício de 2015			Exercício de 2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%
Receita Total	24.157.663,00	24.157.663,00	1,61%	24.553.908,00	24.553.908,00	0,01%	26.573.429,30	26.573.429,30	7,60%
Receita Não Financeira (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Não Financeira (II)	24.157.663,00	24.157.663,00	1,61%	24.553.908,00	24.553.908,00	0,01%	26.573.429,30	26.573.429,30	7,60%
Despesa Total	0,00	0,00		17.076.521,46	17.076.521,46	(28,50%)			
Despesas Não-Financeiras (II)	0,00	0,00		0,00	0,00				
Resultado Primário ( I – II )	0,00	0,00		0,00	0,00				
Resultado Nominal	0,00	0,00		0,00	0,00				
Divida Publica Nominal									
Divida Consolidada Liquida									
TOTAL	24.157.663,00	,00	0,01%	7.477.386,54	7.477.386,54	(28,50%)		24.610.861,00	07,60%



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

## MEMORIA E METODOLOGIA DE CALCULO DAS METAS ANUAIS

### I – PARA PROJEÇÃO DA RECEITA

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2018 levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade, visando às propostas do governo federal no âmbito dos repasses aos municípios do decorrer desses exercícios.

A metodologia adotada para a projeção da receita teve como base em projetos enviados pelo município para melhoramento na infra-estrutura hídrica do município, o qual está localizado em uma área de estiagens longas, como também na melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista também os índices inflacionários os quais foram previsto na média de 10,00% ao ano, mesmo tendo em vista que o crescimento da econômica brasileira é compatível com a convergência da trajetória decrescente da inflação no momento.

### II – PARA A PROJEÇÃO DA DESPESA

O mesmo raciocínio lógico, foi utilizado para a projeção da despesa, tendo em vista a proximidade com que as duas, Receitas e Despesas, correm praticamente juntas em município do porte de Boa Vista – PB, levando-se um índice de 10,00% em consideração para acompanhar a inflação, mesmo observando-se que em relação ao exercício anterior, temos um índice de mais de 6,74% de acréscimo o qual se deve a prevenção por possíveis liberação de projetos enviados e que necessitariam de contra partida por parte do município.





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVA II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCICIO ANTERIOR REFERENCIA 2018						
LRF, art, 4º, § 2, inciso I R\$						
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015 (a)	%	Metas Realizadas em 2015 (b)	%	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.494.563,00	100	17.128.922,75	30,07%	7.365.640,25	30,07%
Receita Não Financeira (I)	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	24.157.663,00	100	17.076.521,46	29,31%	7.418.041,54	29,31%
Despesas Não-Financeiras (II)	0,00	-	-	-	-	-
Resultado Primário ( I – II )	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%
Resultado Nominal	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%
Dívida Pública Nominal	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES EXERCICIOS ANTERIORES											
											REFERENCIA 2018
LRF, art. 4º § 2º, inciso II											RS
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇO CORRENTES										
	2014	2015	%	2016	%	2016	%	2015	%	2014	%
Receita Total	24.553.908,00	24.494.563,00	0,01	24.157.663,00	(1,37)	24.157.663,00	(1,37)	24.494.563,00	0,01	24.553.908,00	0,01
Receita Não Financeira (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	24.553.908,00	24.494.563,00	0,01	24.157.663,00	(1,37)	24.157.663,00	(1,37)	24.494.563,00	0,01	24.553.908,00	0,01
Despesas Não-Financeiras (II)											
Resultado Primário ( I – II )											
Resultado Nominal											
Dívida Pública Nominal											
Dívida Consolidada Líquida											



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO						
						REFERENCIA 2018
LRF, art. 4º , § 2º Inciso III						
RS						
PATRIMONIO LIQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio / Capital Reservas Resultado Acumulado	9.342.370,07		8.842.828,34		6.206.093,89	100%
<b>Total</b>	<b>9.342.370,07</b>		<b>8.842.828,34</b>		<b>6.206.093,89</b>	<b>%</b>

REGIME PREVIDENCIARIO

LRF, art. 4º , § 2º Inciso III						
RS						
PATRIMONIO LIQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio / Capital Reservas Resultado Acumulado			9.430.989,52		7.603.080,07	%
<b>Total</b>			<b>9.430.989,52</b>		<b>7.603.080,07</b>	<b>%</b>





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
			REFERENCIA 2018
LRP, art. 4º. § 2º, Inciso III	RS		
RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (d)	2014
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2016 (b)	2015 (e)	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Parte da Folha 12/2004 (Lei 79/2004 de 16/12/2004).	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	( c ) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e) + (g)	(g)
	0,00	0,00	0,00



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITAS					REFERENCIA 2018
LRF, art. 4º § 2 Inciso V					RS
SETOR/ PROGRAMAS/ BENEFICIARIO	RENUNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2014	2015		2016
NADA A REGIST	NADA A REGISTRAR	-	-	-	-
TOTAL					-



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
REFERENCIA 2018	
LRF, art. 4º, § 2º Inciso V	RS
EVENTO	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	1.795.670,00
(-) Transferências Constitucionais	703.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	156.800,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	546.200,00
Redução Permanente de Despesa (II)	200.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	846.200,00
Saldo Utilizado (IV)	356.000,00
Impacto de Novas DOCC	11,30%
Margem Liquida de Expansão de DOCC (III+IV)	1.002.200,00





ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
Rua Esplanada Bom Jesus S/N – CEP – 58.123.000 - Centro – Boa Vista –  
CNPJ – 01.612.538/0001-10

TABELA 1 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

REFERÊNCIA: 2018

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil	497.581,94	555.105,22	555.105,22
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil	496.595,24	558.147,18	558.147,18
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT	994.177,18	1.113.252,40	1.113.252,40
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL	62.400,00	68.166,67	68.166,67
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes	103.612,77	6.425,40	6.425,40
Compensação Previdenciária de aposentadorias RPPS e RGPS			
Compensação Previdenciária de Pensões RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	166.012,77	74.592,07	74.592,07
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	3.913.237,10	1.187.844,47	1.187.844,47

FONTE:

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

TABELA II - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

REFERÊNCIA:

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RS

EXERCÍCIO	REPASSE	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	REPASSE RECEBIDO
	CONTRIBUIÇÃO	PREVID.	PREVID.	PREVID.	P/ COBERTURA DE
	PATRONAL	Valor	Valor	Valor	DÉFICIT RPPS
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a+b-c)	(e)
2015	558.147,18	555.105,22	90.681,65	1.022.570,75	0,00

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

GABINETE DO PREFEITO

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 540/2017 DE 03 DE JULHO DE 2017.

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção Única.**

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, orientação para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018, incluindo as despesas de capital, alterações na legislação tributária, equilíbrio entre receitas e despesas, critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

§ 1º - Integram esta Lei:

**I – Anexos de Metas Físicas Fiscais para 2018.**

- a) Quadro 01 – Metas de Receitas, Despesas e Resultado Primário.
- b) Quadro 02 – Projeção de Receitas
- c) Quadro 03 – Meta para as despesas com pessoal
- d) Quadro 04 – Posição do Patrimônio Líquido de Exercícios Anteriores
- e) Quadro 05 – Posição de Restos a Pagar em exercícios anteriores.
- f) Quadro 06 – Fixação despesas de Capital para o exercício de 2018.

**II – Anexo de Riscos Fiscais**

§ 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018, serão especificadas de acordo com o Plano Plurianual 2018/2021, tem o seguinte objetivo.

I – Desenvolvimento do atendimento a saúde da população com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantar.

II – Incremento do aumento de vagas no ensino fundamental que procurem atender a todas as crianças em idade escolar.

III – Aumentar o número de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil que visem atender todas as crianças de famílias carentes residentes no município.

IV - Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de.

- a) Renda mínima;
- b) Preservação do meio-ambiente;
- c) Construção e reforma de casas populares;
- d) Preservação do patrimônio histórico cultural e político social;
- e) Saneamento Básico.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Seção Única**

Art. 2º - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000.

**CAPÍTULO III**  
**DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**Seção I**

**DO Equilíbrio**

Art. 3º - Na elaboração da proposta orçamentária do município para o exercício de 2018 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC n.º 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superior a das receitas previstas.

**SEÇÃO II**

**Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 4º - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2018 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar n.º 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição do Estado da Paraíba, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes nas Resoluções do Tribunal de Contas.

§ 1º - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2018, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.

§ 2º - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição § 4º art. 5º da LC N.º 101/2000.

§ 3º - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

Art. 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2018 será composta das seguintes peças.

I – Projeto de Lei Orçamentária anual, constituída de texto e demonstrações;

II – Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) Analítico da receita estimada ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pelo artigo, 212 da Constituição Federal.
- c) Recursos destinados à promoção de ações voltadas à criança e adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelos respectivos conselhos:



- d) Sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) Natureza da despesa, para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- f) Despesa por fontes de recursos para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- g) Receita e despesa por categorias econômicas;
- h) Despesas previstas consolidada, ao nível, de categoria econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;
- i) Programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função e projetos / atividades;
- j) Consolidado por funções, sub-função e programas;
- k) Consolidado, por funções, sub-função e programas, evidenciando os recursos vinculados;
- m) Despesa por órgãos e funções;
- n) Despesa por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) Despesa por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao Orçamento Global;
- p) Recursos destinados ao Fundo à manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério – FUNDEB;

III – Mensagem, contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em valores nacionais, segundo os preços vigentes em agosto de 2017.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2018 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregada, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente.

Art. 6º - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2018 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Vinte e Cinco Por Cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra e também autorização para operações de créditos.

Art. 7º - O Orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, como também entidades da Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

Art. 8º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.

### Seção III

#### Da Classificação das Receitas e Despesas

Art. 10º - Na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação.

I – CATEGORIA ECONOMICA

II – GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA

III – ELEMENTO DE DESPESA

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentária anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a classificação funcional programática estabelecida no § 2º do art. 8º e na Lei Federal n.º 4.320, de 17.03.64 e Portaria 163 de 04/05/2001, e suas alterações posteriores.

§ 3º - Para atender as disposições contidas no § 1º do Art. 18 da LC n.º 101/2000, deverá ser criado nas unidades específicas, programas denominados “Outros Despesas de Pessoal – Terceirização de Mão de Obra”.

§ 4º - As ajudas e doação a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doação a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Art. 11 - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 12 - A Classificação da receita a ser dotada para o orçamento de 2018 obedecerá às disposições do Anexo I da lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único - A Classificação orçamentária poderá ser alternada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

### CAPÍTULO IV

#### DAS RECEITAS

##### Seção Única

Art. 13 - A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, arts. 11 a 14 e demais disposições da LC n.º 101/2000, assim como Portaria 326 STN.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018 serão levados em consideração, para o efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:

I – efeitos decorrentes de alterações na legislação;

II – variações de índices de preços;

III – crescimento econômico;

IV – índice inflacionário.

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da LC N.º 101/00.

Art. 14 - A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC N.º 101/2000.

### CAPÍTULO V

#### DAS DESPESAS COM PESSOAL

##### SEÇÃO ÚNICA

Art. 15 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º demais disposições da LC N.º 101/2000.

Art. 16 - O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entende-se despesa de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência.



§ 2º - As despesas de pessoal para o atendimento das disposições da LC N.º 101/00, serão apuradas somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.

Art. 17 - Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal n.º 9.424, de 24.12.96, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, fica também autorizado ao pessoal ligado a Saúde.

Art. 18 - A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC n.º 19/98, para o exercício de 2018, será autorizado por lei específica observada a iniciativa de cada Poder sempre na mesma data e sem estar autorizado, também, autorizado a legislação vigente, reajuste aos Agentes Políticos e Secretários, limitados ao estabelecido para os servidores municipais.

## CAPÍTULO V

### DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES

#### Seção I

##### Repasso de Recursos ao Poder Legislativo.

Art. 19 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional n.º 25 de 14 de fevereiro de 2000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante no art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.

#### Seção II

##### Repasso a Instituições Públicas e Privadas

Art. 20 - Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2018, bem como em suas alterações, dotações a título de transferência de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculado, ou Município a título de subvenções sócias e suas concessões dependerão respeitadas as disposições LC N.º 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

I - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - de lei específica, autorizativa da subvenção;

III - da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada pela entidade beneficiária até o último dia útil do mês de janeiro do exercício: subsequência, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19/98 e das disposições da Resolução T.C N.º 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

IV - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2017.

VI - Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo:

Parágrafo único - Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2018; dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

Art. 21 - A inclusão, na lei orçamentária anual de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 de Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO VII

### DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E DA FISCALIZAÇÃO

#### Seção I

##### Da Limitação do Empenho

Art. 22 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar n.º 101/2000, o Poder executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos atividades e operações especiais

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos servidores da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo às busca-se à preservar as despesas abaixo hierarquizadas.

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar n.º 101/2000;

Art. 23 - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

#### Seção II

##### Do Controle Interno

Art. 24 - Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitadas as disposições da legislação em vigor.

## CAPÍTULO VIII

### DAS VEDAÇÕES

#### Seção Única

##### Disposições Gerais

Art. 25 - Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com o art. 15 da LC n.º 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeiro com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

Art. 26 - É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidades a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.



## CAPÍTULO IX DAS DÍVIDAS

### Seção I

#### DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

##### Subseção I

##### Dos Precatórios

Art. 27 – Será consignada, no orçamento para o exercício de 2018, dotação para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2017, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2018 conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura, registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

##### Subseção II

##### Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna.

Art. 28 – O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art. 29 – O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC N.º 101/2000.

## CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

### Seção I

#### Dos Prazos

Art. 30 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018, será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2017 e devolvido para sanção até 20 (vinte) de Dezembro do mesmo ano, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.

Art. 31 – A proposta orçamentária parcial do Poder legislativo, para o exercício de 2018, será entregue ao Poder Executivo até 31 (trinta um) de Agosto de 2017 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integram a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 25/2000, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

### Seção II

#### Alterações na Legislação Tributária

Art. 32 – Os projetos de leis relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2018, deverão ser encaminhado ao Poder Legislativo até novembro de 2017 e **IMPRETERIVELMENTE** ser apreciado pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar, sob pena responder por crime de responsabilidade e improbidade administrativo.

### Seção III

#### Das Disposições Gerais

##### I- Através de orçamento participativo

§ 1º - As emendas aos orçamentos indicarão obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Art. 35 – A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Art. 33 – O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.

Art. 34 – A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões.

II- Ao Poder Executivo, até 31 de Agosto do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças.

III- Ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;

Art. 36 – O valor do orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - Constitui crime de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

I – Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II – Não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou.

III – Enviar-lo a menor em relação a proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerado como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referência, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.

Art. 37 – O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2018, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 38 – A lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 39 – Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Vista, 03 de Julho de 2017.

**ANDRÉ LUIS GOMES DE ARAÚJO**  
Prefeito Constitucional

## ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018.

## QUADRO N.º 02 – PROJEÇÃO DE RECEITAS

META N.º 02	2.01 – Elevar em 10% (dez por cento) no exercício de 2018, a arrecadação dos tributos municipais em decorrência da modernização dos serviços de processamento e cobrança de Setor Tributário, aumento na base de contribuição e tendência positiva de crescimento econômico.
ESTIMATIVA	A Projeção da Receita para o exercício de 2018, que constará da proposta orçamentária, será obtida mediante a consolidação dos incrementos de Receitas decorrentes do alcance da meta 02, item 2.01, bem como das informações relativas às previsões de transferências de recursos das esferas Federal e Estadual ao Município por força de disposição constitucional, que serão fornecidas pelo Estado e pela União Federal ao Município até 30 de agosto de 2017.

## ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018

## QUADRO N.º 03 – METAS PARA AS DESPESAS COM PESSOAL

N.º DE ORDEM	HISTORICO
META N.º 03.01	Manter as despesas com pessoal e encargos do Poder Executivo abaixo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da Receita corrente Líquida do Município.
META N.º 03.02	Conceder aumento ao funcionário público, em obediência às exigências constitucionais.
META N.º 03.03	Criação de novos e/ou reestruturação do Plano de Cargos e salários.

## ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018.

## QUADRO N.º 04 – POSIÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO EM EXERCICIOS ANTERIORES.

HISTORICO	2014	2015	2016
Posições do Ativo Reais Líquido no fechamento do exercício de 2014, 2015 e 2016.	8.842.828,34	9.342.370,07	

## QUADRO N.º 05 – POSIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM EXERCICIOS ANTERIORES.

HISTORICO	2014	2015	2016
Posição do Restos a pagar no fechamento dos seguintes exercícios. 2014, 2015 e 2016.	913.614,92	435.517,57	

## ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018

## QUADRO N.º 06 – FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018

AÇÃO	VALOR
Programa – Ação Legislativa	
Aquisição de móveis, equipamentos e utensílio.	20.000,00
Reforma e Ampliação de Prédios do Legislativo Municipal	30.000,00
Programa – Administração Geral	
Aquisição de Equipamentos.	50.000,00
Programa – Desenvolvimento do Ensino Fundamental/Infantil	
Ampliar/Reformar Unidades de Ensino Fundamental – MDE – Próprios	150.000,00
Aquisição de Veículos – Federais/Próprios.	150.000,00
Construção de Creche – Federal/Próprios.	250.000,00
Programa – Lazer no município.	
Construção de Área de Lazer os Idosos – Próprios/Federal	100.000,00
Construção de um Campo de Futebol – Federal/Próprios	450.000,00
Construção de Áreas de Lazer nas Escolas Municipais – Próprios	50.000,00
Construção de Centro Comunitários nas Comunidades Rurais do Município.	50.000,00
Construção de Quadras de Área nas Comunidades Rurais	50.000,00
Construção de Quadras Esportivas nas Escolas Municipais	50.000,00
Programa – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar.	
Construir/Ampliar/Melhorar Unidades de Saúde – Próprios.	350.000,00
Adquirir Veículos e Equipar Unidades de Saúde – Federal /Próprios.	300.000,00
Construção de uma Policlínica e Clínica de Fisioterapia	670.000,00
Programa – Abastecimento d'água	
Recuperação/ampliação e Construção de Pequenas e Médias Barragens – Próprios.	100.000,00
Aquisição e Instalação de Dessalinizadores – Próprios	100.000,00
Perfuração e Instalação de Poços Tubulares – Próprios.	60.000,00
Programa – Vias e Logradouros Urbanos	
Construir/Recuperar Calçamento, meio fio e Urbanizar. – Federal / Próprios	600.000,00
Programa – Morar Melhor	
Construir/Melhorar Unidades Habitacionais Urbanas e Rurais – Federal / Próprios	400.000,00
Programa – Saneamento Básico	
Construir e melhorias Sanitárias Domiciliares – Federal / Próprio	150.000,00
Construir Esgotos e Galerias. – Federal / Próprios	500.000,00
Programa – Estradas Vicinais	
Construir/Recuperar Estradas vicinais, - Próprios	100.000,00
Construir e Recuperar Passagens Molhadas e Mata-Burros – Federal / Próprios	100.000,00
Programa – Iluminação Pública	
Implantação de Rede de Iluminação Pública no Município. – Próprios	60.000,00
Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município - Próprios	100.000,00
Programa – Administração Geral	
Aquisição e Desapropriação de Imóveis - Próprios	150.000,00
Programa – Infra Estrutura	
Ampliação e cobertura do Canal da Barragem – Próprios.	60.000,00
Construção de Cisternas Comunitárias - Próprios	50.000,00
Const. e Reformas de Praças – Federal/Próprio.	60.000,00
Recuperação de Prédios Próprios do Município – Próprio	60.000,00
Aquisição e Implantação de Abrigo para Passageiros – Próprios	30.000,00
Construção de um Centro Administrativo – Próprios	300.000,00
Pavimentação do Acesso ao Cemitério Público	50.000,00
Ampliação do Cemitério Público.	50.000,00
Programa – Homem no Campo	
Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas. – Próprios/Federais	100.000,00
TOTAL	6.000.000,00



**ANEXO DE RISCOS FISCAIS PARA 2018**  
 (Artigo 4º § 3º da Lei Complementar nº 101/2000)

## Riscos:

- Existe uma pequena Dívida com Inss, a qual já fora parcelada e que está em seu término e o município mantém uma administração voltada para economia e para o desenvolvimento nas suas áreas sociais de educação e saúde e que os eventos comprometedores estão distantes de se tornarem realidade e vir a prejudicar o município.

- Há possibilidade, em um futuro próximo, conforme o equilíbrio econômico do município, que se venha a precisar prever riscos para a administração pública, em virtude de queda acentuada da Cota Parte do ICMS Estadual.

## Providências:

- Se por ventura vierem a acontecer fatores que impliquem em se tomar atitudes voltadas para o controle dos riscos, tomar-se-á providências se adequando ao que preceitua a LRF, no que se referir a demissões e outras atitudes necessárias ao equilíbrio financeiro.

**ANEXO DE METAS FISCAIS PARA 2018**  
**QUADRO 01 – METAS DE RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMARIO.**

RUBRICA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Total (Est. Orçamento Aprovado)	22.190.915,00	24.553.908,00	25.476.263,00	24.157.663,00	26.573.429,30	29.230.772,23	32.153.849,45
Despesa Total (Est. Orçamento Aprovado)	22.190.915,00	24.553.908,00	25.476.263,00	24.157.663,00	26.573.429,30	29.230.772,23	32.153.849,45
Receita Total ( Realizada 2013/2014/2015/ e Estimada 2016/2017/2018 e 2019	18.555.736,76	18.534.409,59	18.871.701,50				
Receita de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00				
Rec.de Privatizações Alienações de Ativos	0,00	0,00	0,00				
RECEITA FISCAL (A)	18.555.736,76	18.534.409,59	18.871.701,50				
Despesa total ( Realizada 2011/2012/2013 e Estimada 2016/2016/2016 e 2017.	15.856.984,38	16.968.044,27	17.076.521,46				
Juros e Encargos Sociais							
Amortização da Dívida							
Concessão de Empréstimos							
DESPESA FISCAL ( B )	15.856.984,38	16.968.044,27	17.076.521,46				
Resultado Primário ( C )= ( A ) – ( B ).	1.238.514,55	1.566.365,32	1.795.180,04				

**ANEXO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**

DEMONSTRATIVOS I – METAS ANUAIS									
									REFERENCIA 2017
LRF, art	Exercício de 2016			Exercício de 2015			Exercício de 2017		
Especificação	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%
Receita Total	24.157.663,00	24.157.663,00	1,61%	24.553.908,00	24.553.908,00	0,01%	26.573.429,30	26.573.429,30	7,60%
Receita Não Financeira (I)	24.157.663,00	24.157.663,00	1,61%	24.553.908,00	24.553.908,00	0,01%	26.573.429,30	26.573.429,30	7,60%
Despesa Total	0,00	0,00		17.076.521,46	17.076.521,46	(28,50%)			
Despesas Não-Financeiras (II)	0,00	0,00		0,00	0,00				
Resultado Primário ( I – II )	0,00	0,00		0,00	0,00				
Resultado Nominal	0,00	0,00		0,00	0,00				
Dívida Pública Nominal	0,00	0,00		0,00	0,00				
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00		0,00	0,00				
TOTAL	24.157.663,00	0,00	0,01%	7.477.386,54	7.477.386,54	(28,50%)		24.610.861,00	07,60%

**MEMORIA E METODOLOGIA DE CALCULO DAS METAS ANUAIS**  
**I – PARA PROJEÇÃO DA RECEITA**

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2018 levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade, visando às propostas do governo federal no âmbito dos repasses aos municípios do decorrer desses exercícios.

A metodologia adotada para a projeção da receita teve como base em projetos enviados pelo município para melhoramento na infra-estrutura hídrica do município, o qual está localizado em uma área de estiagens longas, como também na melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista também os índices inflacionários os quais foram previsto na média de 10,00% ao ano, mesmo tendo em vista que o crescimento da econômica brasileira é compatível com a convergência da trajetória decrescente da inflação no momento.

**II – PARA A PROJEÇÃO DA DESPESA**

O mesmo raciocínio lógico, foi utilizado para a projeção da despesa, tendo em vista a proximidade com que as duas, Receitas e Despesas, correm praticamente juntas em município do porte de Boa Vista – PB, levando-se um índice de 10,00% em consideração para acompanhar a inflação, mesmo observando-se que em relação ao exercício anterior, temos um índice de mais de 6,74% de acréscimo o qual se deve a prevenção por possíveis liberação de projetos enviados e que necessitariam de contra partida por parte do município.

**ANEXO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – 2018**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**

DEMONSTRATIVA II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCICIO ANTERIOR						
						REFERENCIA 2018
LRF, art, 4º, § 2, inciso I	Metas Previstas em 2015		Metas Realizadas em 2015		Variação	
ESPECIFICAÇÃO	(a)	%	(b)	%	Valor ( c ) = ( b – a )	% ( c/a ) x 100
Receita Total	24.494.563,00	100	17.128.922,75	30,07%	7.365.640,25	30,07%
Receita Não Financeira (I)	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	24.157.663,00	100	17.076.521,46	29,31%	7.418.041,54	29,31%
Despesas Não-Financeiras (II)	0,00	-	-	-	-	-
Resultado Primário ( I – II )	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%

Resultado Nominal	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%
Dívida Pública Nominal	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	52.401,29	0,30%	52.401,29	0,30%

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											REFERENCIA 2018		
LRF, art. 4º § 2º, inciso II											R\$		
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇO CORRENTES												
	2014	2015	%	2016	%	2016	%	2015	%	2014	%		
Receita Total	24.553.908,00	24.494.563,00	0,01	24.157.663,00	(1,37)	24.157.663,00	(1,37)	24.494.563,00	0,01	24.553.908,00	0,01		
Receita Não Financeira (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Despesa Total	24.553.908,00	24.494.563,00	0,01	24.157.663,00	(1,37)	24.157.663,00	(1,37)	24.494.563,00	0,01	24.553.908,00	0,01		
Despesas Não-Financeiras (II)													
Resultado Primário ( I – II )													
Resultado Nominal													
Dívida Pública Nominal													
Dívida Consolidada Líquida													

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							REFERENCIA 2018		
LRF, art. 4º, § 2º Inciso III							R\$		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2016	%	2015	%	2014	%		
Patrimônio / Capital									
Reservas		9.342.370,07		8.842.828,34		6.206.093,89	100%		
Resultado Acumulado									
Total		9.342.370,07		8.842.828,34		6.206.093,89	%		
REGIME PREVIDENCIÁRIO							R\$		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2016	%	2015	%	2014	%		
Patrimônio / Capital									
Reservas				9.430.989,52		7.603.080,07	%		
Resultado Acumulado									
Total				9.430.989,52		7.603.080,07	%		

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS					REFERENCIA 2018		
LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III					R\$		
RECEITAS REALIZADAS		2016 (a)	2015 (d)	2014			
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens Móveis		0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens Imóveis		0,00	0,00	0,00			
TOTAL		0,00	0,00	0,00			
DESPESAS LIQUIDADAS		2016 (b)	2015 (c)	2014			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00	0,00			
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00			
Investimentos		0,00	0,00	0,00			
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00			
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00			
Pagamento de Parte da Folha 12/2004 (Lei 79/2004 de 16/12/2004).		0,00	0,00	0,00			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	0,00			
Regime Geral de Previdência Social		0,00	0,00	0,00			
Regime Próprio dos Servidores Públicos		0,00	0,00	0,00			
TOTAL		0,00	0,00	0,00			
SALDO FINANCEIRO		(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e) + (g)	(g)			
		0,00	0,00	0,00			

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS						REFERENCIA 2018	
LRF, art. 4º § 2 Inciso V						R\$	
SETOR/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO			
	Tributo/Contribuição	2014	2015	2016			
NADA A REGIST	NADA A REGISTRAR	-	-	-			
TOTAL		-	-	-			

ANEXO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2018  
ANEXOS DE METAS FISCAIS



DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO		REFERENCIA 2018
LRF, art. 4º, § 2º Inciso V		RS
EVENTO	Valor Previsto para 2017	
Aumento Permanente da Receita		1.795.670,00
(-) Transferências Constitucionais		703.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB		156.800,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		546.200,00
Redução Permanente de Despesa (II)		200.000,00
Margem Bruta (III) = (I-II)		846.200,00
Saldo Utilizado (IV)		356.000,00
Impacto de Novas DOCC		11,30%
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)		1.002.200,00

TABELA I - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS				REFERENCIA: 2018
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a				RS
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Receita de Contribuições				
Pessoal Civil	497.581,94	555.105,22		555.105,22
Pessoal Militar				
Outras Contribuições Previdenciárias				
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS				
Receita Patrimonial				
Outras Receitas Correntes				
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
Alienação de Bens				
Outras Receitas de Capital				
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS</b>				
Contribuição Patronal do Exercício				
Pessoal Civil	496.595,24	558.147,18		558.147,18
Pessoal Militar				
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT	994.177,18	1.113.252,40		1.113.252,40
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>				
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	2014	2015	2016	
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>				
Pessoal Civil	62.400,00	68.166,67		68.166,67
Pessoal Militar				
Outras Despesas Correntes	103.612,77	6.425,40		6.425,40
Compensação Previdenciária de aposentadorias RPPS e RGPS				
Compensação Previdenciária de Pensões RPPS e RGPS				
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	166.012,77	74.592,07		74.592,07
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)</b>				
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	3.913.237,10	1.187.844,47		1.187.844,47

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

TABELA II - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

REFERENCIA:					RS
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a					
EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID. Valor (b)	DESPESAS PREVID. Valor (c)	RESULTADO PREVID. Valor (d) = (a)+b-c	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
2015	558.147,18	555.105,22	90.681,65	1.022.570,75	0,00

Publicado por:  
Kézia Silmara Costa Farias  
Código Identificador:80B4ABC7

# DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE  
INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:  
[www.diariomunicipal.com.br/famup](http://www.diariomunicipal.com.br/famup) (61) 4063-6162

